



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:

PLL Nº 56/2026

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO

DATA DE PROTOCOLO: 06/08/2026

Cód. 03.00.02.06 · VC · P

Data: ____/____/____

Norma:

Assinatura

Ementa (assunto):

Altera a redação da Lei nº 6.833, de 24 de abril de 2026, que "Institui a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e cria o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento no Município de Jacareí".

Autoria:

Vereadora Maria Amélia.

Distribuído em:

06/08/2026

Para as Comissões:

Prazo das Comissões:

Prazo fatal:

Turnos de votação:

Observações:

Anotações:

06/08/2026 - Projeto protocolado, distribuído e encaminhado ao Jurídico. (Prazo: 17/08/2026).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

PROJETO DE LEI Nº 56/2026

Altera a redação da Lei nº 6.833, de 24 de abril de 2026, que "Institui a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e cria o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento no Município de Jacareí".



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica acrescida do inciso XVII o artigo 5º da Lei nº 6.833, de 24 de abril de 2026, que "Institui a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e cria o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento no Município de Jacareí", com a seguinte redação:

"Art. 5º (...)

XVII – Fundação Pró-Lar de Jacareí."

Art. 2º O artigo 9º da Lei nº 6.833, de 24 de abril de 2026, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º O Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar será constituído de 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme a seguinte composição:

(...)

X – 1 (um) representante da Fundação Pró-Lar de Jacareí."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 05 de agosto de 2026.

MARIA AMÉLIA
Vereadora - PSDB / 1ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

PLL - Altera a redação da Lei nº 6.833, de 24 de abril de 2026, que "Institui a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e cria o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento no Município de Jacareí". - fls. 2

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar a Lei Municipal nº 6.833, de 24 de abril de 2026, que instituiu a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e criou o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento no Município de Jacareí, mediante a inclusão da Fundação Pró-Lar de Jacareí entre os órgãos integrantes da Rede.

A Lei nº 6.833 foi concebida para promover a atuação articulada dos diversos órgãos e entidades que integram o sistema de proteção às mulheres em situação de violência, reconhecendo que o enfrentamento desse grave problema exige uma abordagem intersetorial, integrada e permanente.

Nesse contexto, a participação da Fundação Pró-Lar revela-se estratégica. A política habitacional constitui importante instrumento de proteção social, especialmente em situações em que a mulher vítima de violência necessita romper o ciclo de agressões e reconstruir sua autonomia em ambiente seguro. Muitas vezes, a dependência habitacional representa um dos principais fatores que dificultam o afastamento do agressor e a efetividade das medidas protetivas.

Nesse sentido, importante se faz enaltecer a colaboração das servidoras desta Casa Legislativa, Isabela Santos Parreira -2ª Procuradora Adjunta da Mulher e Rita de Cássia Fernandes Braga, para a criação desse Projeto de Lei.

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Vereadores, confiantes em sua aprovação.

Câmara Municipal de Jacareí, 05 de agosto de 2026.

MARIA AMÉLIA
Vereadora - PSDB / 1ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 03.00.04.02 - 1C - P

LEI Nº 6.833/2026

Institui a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e cria o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento no Município de Jacareí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, no âmbito do Município de Jacareí, com a finalidade de garantir a proteção, o acolhimento e a assistência integral às mulheres em situação de violência doméstica, promovendo um atendimento integrado, humanizado e eficiente, em consonância com a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Federal nº 14.899, de 17 de junho de 2024.

§ 1º Para garantir os objetivos da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, fica instituído o Protocolo Municipal de Atendimento Integrado às Mulheres em Situação de Violência.

§ 2º O Protocolo deverá estabelecer, no mínimo:

- a) fluxo padronizado de atendimento entre os órgãos envolvidos;
- b) definição das atribuições de cada serviço integrante da Rede;
- c) mecanismos de encaminhamento ágil e prioritário;
- d) diretrizes de atendimento humanizado, com escuta qualificada e garantia de sigilo;
- e) procedimentos de registro e acompanhamento dos casos.

§ 3º O Protocolo deverá ser amplamente divulgado entre os órgãos da Rede e atualizado periodicamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

049

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 2

Art. 2º Para os fins desta Lei e para todas as ações, programas e políticas públicas dela decorrentes considera-se violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Art. 3º A Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres será estruturada com base nos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana e respeito aos direitos fundamentais das mulheres;

II - atendimento humanizado das mulheres em situação de violência, devendo ser observados os princípios da não revitimização e da escuta qualificada em todas as etapas do atendimento;

III - articulação intersetorial entre órgãos públicos, instituições privadas e organizações da sociedade civil;

IV - sigilo e confidencialidade das informações das vítimas, garantindo sua segurança e privacidade;

V - promoção da autonomia das mulheres, com acesso a serviços de assistência e oportunidades socioeconômicas.

Art. 4º Constituem objetivos da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres:

I – integrar e fortalecer os serviços existentes para garantir atendimento célere, eficaz e humanizado às mulheres em situação de violência;

II – reduzir os índices e combater todas as formas de violência de gênero contra a mulher no âmbito do Município;

III – assegurar atendimento especializado e contínuo às mulheres em situação de violência;

IV – aprimorar as políticas públicas municipais de proteção à mulher por meio dos dados obtidos das diversas políticas públicas, pelo monitoramento e avaliação das ações implementadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 3

Art. 5º A Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres promoverá a articulação, a cooperação e a parceria com as seguintes Secretarias, serviços e instituições existentes no Município:

- I** - Secretaria de Desenvolvimento Social;
- II** - Secretaria de Saúde;
- III** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- IV** - Secretaria Municipal de Educação;
- V** - Secretaria de Segurança e de Defesa do Cidadão;
- VI** - Subsecretaria de Igualdade e Direitos Humanos;
- VII** - Programa Família Segura;
- VIII** - Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres;
- IX** - Unidade Regional de Ensino de Jacareí;
- X** - Defensoria Pública;
- XI** - Ministério Público;
- XII** - Poder Judiciário;
- XIII** - Polícia Militar;
- XIV** - Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DDM);
- XV** - Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos de defesa dos direitos das mulheres;
- XVI** - Instituições de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos públicos estaduais e federais.

Parágrafo único. A Administração Pública poderá ampliar a Rede de Enfrentamento mediante inclusão de novos serviços, órgãos e parcerias, conforme demanda e necessidade local.

Art. 6º Compete à Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

069

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 4

I - estabelecer, implementar e acompanhar o fluxo integrado de atendimento às mulheres em situação de violência;

II - assegurar o acesso imediato aos serviços municipais de atendimento emergencial disponíveis 24 horas;

III - promover o atendimento nas áreas de saúde e assistência social, de forma célere e articulada;

IV – assegurar o apoio psicológico e orientação jurídica, de forma célere e integrada.

Art. 7º O fluxo integrado de atendimento deverá contemplar, no mínimo:

I - a identificação clara das formas de acesso aos locais e serviços responsáveis pelo primeiro atendimento na Rede;

II - a definição dos encaminhamentos para cada órgão, serviço ou instituição, conforme as necessidades da mulher atendida;

III - a indicação dos locais para atendimento de saúde;

IV - a indicação dos locais para atendimento jurídico;

V - a indicação dos locais para abrigo em caso de risco iminente;

VI - as orientações sobre os canais de denúncia e proteção;

VII - a indicação de ações, iniciativas e serviços que viabilizem o rompimento do ciclo de violência, incluindo programas de moradia e de geração de renda.

Art. 8º Fica criado o Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, instância vinculada à Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, com a finalidade de acompanhar, avaliar e propor aprimoramentos constantes nos fluxos e protocolos de atendimento e promover ações educativas sobre a temática.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

079

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 5

Art. 9º O Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar será constituído de 9 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme a seguinte composição:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, que será o coordenador do comitê;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Saúde;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

V - 1 (um) representante da Secretaria de Segurança e de Defesa do Cidadão;

VI - 1 (um) representante da Subsecretaria de Igualdade e Direitos Humanos;

VII - 1 (um) representante do Programa Família Segura;

VIII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres;

IX - 1 (um) representante da Câmara Municipal de Jacareí, por indicação da Procuradoria Especial da Mulher.

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão designados pelo Chefe do Poder Executivo e nomeados por meio de Portaria.

§ 2º O Comitê poderá convidar outros órgãos ou pessoas jurídicas para participarem das reuniões, com o intuito de aprimorar a Rede Municipal de Enfrentamento, assegurando a ampla participação social, especialmente de entidades e movimentos representativos da sociedade civil e de defesa dos direitos das mulheres.

§ 3º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seus membros.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

089

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 6

§ 4º O Comitê elaborará seu regimento interno, no qual serão estabelecidas as normas de organização e funcionamento, as ações a serem desenvolvidas e a forma de participação dos demais integrantes.

Art. 10. São atribuições do Comitê de Monitoramento do Fluxo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, além de outras que se mostrarem pertinentes:

I - monitorar e avaliar a execução do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência;

II – realizar a atualização periódica do diagnóstico municipal, aprimorando os dados sempre que necessário, a fim de identificar as regiões com maiores índices de violência e embasar a formulação de políticas públicas específicas;

III - promover campanhas e ações educativas voltadas à população, visando à prevenção da violência e à divulgação dos direitos das mulheres;

IV - desenvolver programas educativos nas escolas e na comunidade, a fim de promover valores de igualdade de gênero, respeito aos direitos humanos e prevenção à violência doméstica;

V - apoiar a criação de grupos reflexivos para homens, com vistas à discussão de masculinidade e prevenção da violência;

VI - propor e apoiar capacitações contínuas para profissionais dos serviços públicos, especialmente das áreas de saúde, segurança, assistência social e educação, contemplando, no mínimo:

- a)** atendimento humanizado e escuta qualificada;
- b)** identificação de situações de violência de gênero;
- c)** aplicação do Protocolo de Atendimento Integrado;
- d)** técnicas de abordagem segura e não violenta;
- e)** noções de direitos das mulheres;

f) Inclusão de atividades teóricas, práticas e simulações de atendimento, com atualização periódica obrigatória.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

099

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 7

VII – avaliar a qualidade do atendimento prestado pelos serviços da Rede e sugerir melhorias contínuas;

VIII – propor indicadores de desempenho e eficiência;

IX – monitorar a efetividade das ações desenvolvidas.

Art. 11. Como parte do Protocolo Municipal de Atendimento Integrado às Mulheres em Situação de Violência, a Guarda Civil Municipal, no âmbito de suas atribuições, poderá atuar como agente de primeiro acolhimento às mulheres em situação de violência, devendo:

I – realizar o atendimento inicial e acolhimento;

II – identificar situações de risco iminente;

III – adotar medidas de proteção emergenciais cabíveis;

IV – encaminhar a vítima aos serviços competentes da Rede.

Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo não substituem as competências dos órgãos de segurança pública estadual.

Art. 12. A Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Municipal de Jacareí atuará como órgão de apoio institucional à Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres.

§ 1º Compete à Procuradoria Especial da Mulher:

I – acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas previstas nesta Lei;

II – receber, encaminhar e acompanhar denúncias ou relatos de mulheres em situação de violência;

III – promover a articulação com órgãos públicos e entidades da sociedade civil;

IV – contribuir com a formulação de propostas de aperfeiçoamento das ações da Rede;

V – realizar ações de orientação, informação e conscientização sobre os direitos das mulheres.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

LEI Nº 6.833/2026 - fls. 8

§ 2º A atuação da Procuradoria da Mulher não substitui as competências dos órgãos executores da política pública, atuando de forma complementar e institucional.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacareí, de de 2026.

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA

Prefeito do Município de Jacareí

Autoria do Projeto: Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza.

Autoria da Emenda: Vereadora Maria Amélia.